



# Usineiros temem MP que muda tributação na área

## Tendências

De São Paulo

Representantes do setor sucroalcooleiro vão se reunir na quarta-feira para discutir a Medida Provisória 413 (MP 413), que transfere para as usinas a parcela de PIS e Cofins que hoje é paga pelas distribuidoras. A audiência será na comissão de Minas e Energia.

Atualmente, a cobrança de PIS e Cofins é compartilhada entre produtores (3,65%) e distribuidores (8,2%). O governo argumenta que a MP tem como objetivo combater a sonegação e adulteração de álcool que ocorre na distribuição.

“A medida onera o setor produtivo”, afirma Renato Cunha, presidente do Sindicato das Indústrias de Açúcar e Alcool de Pernambuco

(Sindaçúcar/PE). Segundo ele, a MP pode elevar a alíquota ao produtor em até 21%. “As usinas do Nordeste, com produção média menor, serão mais prejudicadas”.

O setor argumenta que perderá receita, uma vez que a estrutura para vender álcool limita o poder de negociação da usina. Segundo a Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar), o número pequeno de distribuidoras dificulta qualquer repasse do custo tributário adicional. E Cunha acrescenta que os atuais preços do etanol também comprometem a receita. Na sexta-feira, o litro do anidro encerrou a R\$ 0,82037 (sem impostos), queda de 1,62% sobre a semana anterior, o hidratado a R\$ 0,74479, recuo de 2,3%, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). (Mônica Scaramuzzo)